

HABEAS CORPUS Nº 486.649 - PA (2018/0346085-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : ODILON VIEIRA NETO
ADVOGADO : BRUNO LINO JORDÃO DE OLIVEIRA - DF052480
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PACIENTE : MANOEL PEREIRA DA SILVA FILHO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MANOEL PEREIRA DA SILVA FILHO apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Consta dos autos que o paciente foi denunciado e preso preventivamente pela suposta prática do delito referido no art. 121, § 2º, II e IV, do CP.

Na ação originária, alegou a defesa ausência dos requisitos previstos no art. 312 do CPP para a custódia cautelar – e-STJ fl. 13.

No entanto, a Corte de origem indeferiu a liminar (e-STJ fls. 13/14).

Nas razões do presente *writ*, a defesa reafirma as alegações originárias, asseverando, para tanto, que "*não existe CONTEMPORANEIDADE entre os fatos narrados no decreto preventivo e a atual situação do acusado*" e que "*o paciente não ameaçou ninguém, não existe qualquer notícia nesse sentido, tendo as oitivas terminado. Não há falar em garantia do ordem pública pelo simples fato de se tratar de um homicídio (periculum libertatis)*" – e-STJ fl. 9.

Diante disso, pleiteia a revogação do decreto de custódia preventiva (e-STJ fls. 11/12).

Liminar indeferida às e-STJ fls. 30/31.

Informações prestadas às e-STJ fls. 40/122.

Ao se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pela prejudicialidade do *writ*. Eis a ementa do parecer:

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. PRISÃO PREVENTIVA. LIMINAR. SUPERVENIÊNCIA DO JULGAMENTO DO MÉRITO DO WRIT ORIGINÁRIO. PERDA DE OBJETO.

- *A superveniência do julgamento do mérito do habeas corpus impetrado perante o Tribunal de origem prejudica o writ em que impugnada decisão monocrática que indeferiu o pedido de liminar.*
- *Parecer pela prejudicialidade do habeas corpus.*

É o relatório.

Conforme informações acostadas, em 21/1/2019 ocorreu o julgamento do mérito da impetração, com a denegação da ordem originária.

Assim, a superveniência do julgamento do mérito do *habeas corpus* na origem prejudica a presente impetração.

Nesse sentido é a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça:

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO LIMINAR DE HABEAS CORPUS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 691 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. SUPERVENIÊNCIA DO JULGAMENTO DO MÉRITO DO WRIT ORIGINÁRIO, NO TRIBUNAL DE ORIGEM. PERDA DE OBJETO DO PRÓPRIO WRIT. AGRAVO REGIMENTAL PREJUDICADO.

- 1. Tratando-se de impetração contra decisão monocrática, proferida por Desembargador Relator do Tribunal Estadual, que indeferiu pedido de liminar, em que não se observa teratologia ou falta de fundamentação, não há que ser mitigada a aplicação da Súmula n. 691 do STF.*
- 2. Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e desta Corte, a superveniência de acórdão, apreciando o mérito do writ originário, impetrado em 2º Grau, torna prejudicada a análise do habeas corpus, impetrado neste Superior Tribunal de Justiça.*
- 3. Prejudicado o agravo regimental, em face da perda superveniente de objeto deste writ, pelo julgamento do habeas corpus na origem.*
- 4. Agravo Regimental prejudicado. (AgRg no HC 288.056/SP, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 12/5/2015, DJe 26/5/2015.)*

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO DE LIMINAR NA ORIGEM. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. SÚMULA 691 DO STF. SUPERVENIÊNCIA DO JULGAMENTO DO WRIT ORIGINÁRIO. PERDA DO OBJETO. AGRAVO PREJUDICADO.

- 1. A inexistência de flagrante ilegalidade não autoriza a superação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.*
- 2. A superveniência do julgamento do habeas corpus em que havia sido indeferido pedido de liminar, motivando impetração nesta Corte*

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Superior, torna prejudicado o presente writ pela perda do seu objeto.

3. *Agravo regimental prejudicado.* (AgRg no HC 341.136/PR, relator Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 23/2/2016.)

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

